



O DESENVOLVIMENTO COM A AGRICULTURA

Deniz Ferreira Ribeiro

Economista e Engenheiro Civil, desempenhou, entre outros, os cargos de Assessor Econômico do Ministro da Fazenda e Assessor do Ministro da Agricultura. Atual Chefe de Coordenadoria de Assuntos Econômicos do Ministério da Agricultura.

A compreensão ampla do papel que representa o desenvolvimento da agricultura no processo de desenvolvimento econômico do Brasil, pode ser alcançada se nos detivermos no exame do quadro geral das características que são presentemente comuns a todas as nações, e que nos habilite a detectarmos nesse conjunto de situações as nossas reais possibilidades. Em livro recentemente publicado, respeitado pensador americano, analisando os principais problemas econômicos atuais e do futuro imediato da humanidade, nos chama a atenção para a natureza do crescimento exponencial da população e para a necessária consciência que devemos ter de suas conseqüências. Ressalta ainda, que o grande risco que todos corremos é de não nos apercebermos, ou nos apercebermos mal, dos sinais que indicarão a necessidade de nos ajustarmos convenientemente às pressões advindas da expansão demográfica.

O exame cuidadoso desses sinais nos revela que se tornam cada vez mais intensas as pressões nos principais sistemas biológicos do planeta e em seus recursos energéticos. Este aumento de pressão é evidente nos quatro sistemas biológicos principais — pesqueiros oceânicos, pastagens, florestas e terras de cultura — dos quais a humanidade depende para se alimentar e obter matérias-primas. Com exceção das terras de lavoura, todos são sistemas essencialmente naturais, pouco modificados pelo homem. A cadeia alimentar oceânica, rendendo cerca de 70 milhões de toneladas de peixe por ano é a principal fonte de proteína de alta qualidade, não apenas para consumo humano direto, como também para alimentação das aves de corte e produtoras de ovos. As florestas proporcionam madeira, ainda um material de construção universal, e, para pelo menos um terço da humanidade, lenha para queima di-

reta. São a fonte do papel de imprensa para o jornal diário e para outros fins. Ou seja, a habitação, a educação e a comunicação escrita dependem pesadamente das florestas como fonte de matérias-primas. As terras de pastagens são rica fonte de proteínas nobres, de onde provém a maior parte da carne, leite, manteiga e queijos que o mundo consome. Em adição, sustentam os animais de tração que aram mais de um quarto das terras de cultura da superfície terrestre, sendo ainda a fonte do couro e da lã.

As terras de cultura suprem o mundo de alimentos e matérias-primas industriais e sua contribuição à economia mundial é muito maior que a décima parte da superfície terrestre que elas ocupam.

Quatro bilhões de seres humanos, com aspirações crescentes, exercem grande pressão sobre esses sistemas ecológicos, freqüentemente excedendo a capacidade de suporte natural de longo prazo. A produtividade pesqueira cai à medida em que a captura excede sua capacidade de reposição; num mundo faminto, a sobrepesca tem se tornado regra e não exceção. As florestas diminuem e se rendem ao cortador de lenha, ao agricultor que necessita mais terra e à crescente demanda de papel e madeira. À medida em que crescem os rebanhos para acompanhar o crescimento das populações, as terras de pastagem se tornam sobre utilizadas. As terras de cultura também se encontram sob pressão, já quase não existindo mais fronteiras a conquistar: os agricultores buscam terras menos férteis e com declividades menos favoráveis.

De certo modo, os sistemas biológicos naturais dos quais a humanidade depende, funcionam como uma fundação operando com um patrimônio financeiro real fixo. Se ela dispender o valor de sua renda real anual em suas atividades, poderá fazê-lo segura e indefinidamente. Entretanto, se o entusiasmo de seus gestores levá-los a dispendar continuamente uma importância superior aos rendimentos reais anuais, o patrimônio financeiro da fundação será minado e dia chegará em que terá que encerrar suas portas. O tempo decorrido para que isto ocorra é uma simples questão aritmética.

A discussão das perspectivas de crescimento econômico a médio e longo prazo tem se concentrado mais recentemente sobre os recursos não-renováveis, especialmente minérios e combustíveis fósseis. Entretanto, a base dos recursos não-renováveis, assim como dos recursos renováveis também vem se encurtando. A deterioração dos sistemas biológicos não é assunto periférico objeto de interesse apenas dos ecologistas, uma vez que são o alicerce do sistema econômico global. As deteriorações destes sistemas representam deterioração das perspectivas humanas a longo prazo. Os ajustamentos necessários nos padrões de consumo, na política demográfica e na política econômica são profundos; desafiarão totalmente não apenas a engenhosidade como também a capacidade de alteração de comportamento humano. Entretanto tais ajustamentos se vêem no momento dificultados por um segundo ajustamento emergencial, a mudança das fontes de energia não-renováveis para as renováveis. A redução da produção de petróleo projetada para os próximos dez a quinze anos, nos deixa muito pouco tempo para o necessário ajustamento do sistema econômico. Este, bem poderia ter sido iniciado algumas décadas atrás, mas a promessa

da energia nuclear como solução nos jogou numa estrada que nos parece agora não ter saída.

O reconhecimento pelos países líderes do mundo de que uma era de transição profunda se aproxima, coincide com o surgimento de sinais de que o mundo entrou numa nova era econômica a partir dos anos setenta. Durante o quarto de século posterior à 2ª Guerra, a produção global mundial de bens e serviços foi multiplicada por aproximadamente três vezes. Nunca antes a energia e o alimento haviam sido tão abundantes e tão baratos para terem permitido tão rápido crescimento econômico e populacional. Infelizmente, nunca mais voltarão a sê-lo. Dois eventos liquidaram de vez com a era da energia barata e do excedente de alimentos. A compra maciça de trigo pela União Soviética em 1972, a maior jamais feita em qualquer época, por qualquer país, marcou o fim da era dos crônicos excedentes de grãos. O embargo árabe de petróleo, e a subsequente quadruplicação de seu preço em 1973, baixou o pano sobre a era da energia barata. A nova era que emerge se traduz em desafio. A gradual aceleração do crescimento econômico e demográfico que caracterizaram a era industrial poderá estar chegando ao fim. O previsível declínio do crescimento econômico nas décadas que encerrarão este século, colocará a questão da distribuição mais equitativa da riqueza nas agendas políticas em todos os lugares. Os sintomas imediatos das tensões ecológicas são físicos — deterioração de pastagens, erosão dos solos ou modificações climáticas. No nível próximo, as tensões já se manifestam em termos econômicos — escassez, inflação, desemprego e estagnação ou declínio econômicos. Por último, as tensões adquirem características sociais e políticas — fome, migrações forçadas, deterioração dos padrões de vida e perturbações políticas.

Claramente, a escassez de recursos está alterando a estrutura global de poder. Desde o advento da Revolução Industrial, a força política se concentrou nas mãos de quem controlava capital e tecnologia. Agora, de uma hora para outra esse poder se torna mais difuso. A escassez de matérias-primas, especialmente energia, está provocando mudanças na distribuição do poder político em benefício dos países que detêm o seu controle. As mudanças na estrutura de poder político nesta década refletem muito mais a redistribuição do poderio econômico do que do poderio militar. Assim, países pesadamente dependentes da importação de alimentos e de energia estão particularmente vulneráveis e inseguros e neles a questão de segurança nacional já não está sendo mais colocada em termos estritamente militares. Crescentemente, as ameaças à segurança nacional da maioria das nações se tornam cada vez mais econômicas e ecológicas.

Neste panorama mundial o Brasil se apresenta em condições extremamente favoráveis do ponto de vista de suas possibilidades. Em primeiro lugar, cumpre considerar que o nosso país é talvez o único do mundo onde as pressões sobre os quatro sistemas biológicos ainda são relativamente baixas: controlamos a captura evitando a sobrepesca, nossas áreas de pastagens ainda estão sendo subutilizadas, dispomos de enorme reservas florestais paralelamente à prática do reflorestamento e temos fronteiras agrícolas a expandir.

Em segundo lugar, por sermos tradicionalmente, dependentes do petróleo para nosso consumo interno, dadas as demais características econômicas nossas, não chegamos a assentar a nossa economia no baixo preço do petróleo com a mesma intensidade de outras nações mais industrializadas.

Em terceiro lugar, a nossa localização geográfica e a relativa disponibilidade de terras, nos proporcionam ainda condições muito boas para tornar viável a curto prazo a substituição das fontes de energia não-renováveis para as renováveis.

Por último, a nossa condição de país agrícola, motivo de desencanto para uns e de sentimentos de inferioridade para outros, vem-nos permitindo sermos auto-suficientes na produção de alimentos e ainda exportamos para outros países, exatamente aqueles cujos sistemas biológicos se encontram sob pressão crescente.

O fato de nossas possibilidades serem favoráveis significa, presentemente, termos, em relação aos demais países, um tempo adicional para nos ajustarmos, tempo esse não disponível para a maioria das nações, o qual é absolutamente fundamental. O uso adequado desta vantagem é que nos possibilitará, no futuro próximo, assumirmos no contexto mundial uma posição relativa substancialmente melhor, realizando um desenvolvimento econômico mais equilibrado e assentado na intensa utilização dos recursos disponíveis.

A avaliação do setor agrícola como instrumento básico para promover o desenvolvimento econômico se torna mais clara, à medida em que examinamos a história recente desse processo. Neste sentido é muito útil a análise dos fatos ocorridos nas últimas três décadas. Tomando-se como ponto de partida 1950, verificamos que nesse ano a agricultura respondia por 30% da formação do Produto Interno Bruto. Em 1960 declinou para 24%, atingiu 18% em 1970 e finalmente foi de 13% em 1978. A participação declinante da agricultura na formação da riqueza nacional assim medida, longe está de significar perda de sua importância no processo de desenvolvimento econômico. Revela, isto sim, a aceleração do crescimento do setor não-agrícola (indústria e serviços). Senão vejamos. No período 50/78 o produto interno bruto cresceu a uma taxa média anual de 7,4%, tendo sido de 7% sua taxa na década de 50, 6,2% na década de 60 e 9,2% na década de 70. Nesse período 50/78 a agricultura cresceu 4,2% ao ano em média; tendo sido de 4,4% seu crescimento na década de 1950, 3,1% na década de 60 e 4,2% na década de 70. Estas informações nos mostram como a agricultura apesar de ter crescido menos que o todo apresentou taxas expressivas de crescimento sustentado, significativamente superiores à taxa de crescimento demográfico, que foi da ordem de 3%, considerada ainda uma das maiores do mundo.

Consideremos agora que na agricultura os fatores de produção são pela ordem de importância: terra, mão-de-obra, insumos, capital e tecnologia. Consideremos ainda que no setor urbano os fatores de produção são pela ordem de importância, capital, tecnologia e mão-de-obra. Consideremos por último as condicionantes históricas do país que nos levam a ter uma constelação dos fatores de produção nitidamente delineada em fatores abundantes e fatores escassos. Nossos fatores abundantes são a terra e a mão-de-obra e os escassos, capital e tecnologia. A diferen-

ça nas taxas de crescimento entre os setores agrícola e urbano nos revela que o caminho percorrido para o crescimento econômico acelerado no período em análise se baseou na utilização mais intensa dos fatores escassos, tendo sido utilizados os fatores abundantes em intensidade relativamente menor. Como a mão-de-obra é um fator abundante e importante para ambos os setores (agrícola e urbano) e o crescimento do setor urbano foi acentuadamente mais intenso, houve um deslocamento substancial de população do campo para as cidades. Isto fica evidente examinando-se os dados dos censos demográficos de 50, 60 e 70 e as estimativas para 1978.

Quadro Nº I
DADOS DEMOGRÁFICOS

	1950	1960	1970	1978
População Total (milhões)	51,9	70,2	92,3	116,4
População Rural (milhões)	33,2	38,7	40,6	44,1
% da População Rural	63,8%	55,0%	43,9%	37,9%
Habitantes urbanos por 100 hab. rurais	56	81	128	164

Os dados do Quadro I nos mostram que, embora o desenvolvimento econômico tenha sido realizado através da rápida expansão do setor industrial e de serviços, o setor agrícola teve sua responsabilidade aumentada consideravelmente, bastando para ilustrar esta afirmação o fato de haver triplicado o número de pessoas nas cidades dependendo de cada habitante rural para se alimentar.

Coloca-se a questão: como pôde o setor agrícola crescer a taxa de mais de 4% ao ano, cedendo mão-de-obra para as cidades e ainda sustentar com a produção de alimentos necessária à população urbana?

Quadro Nº II
DADOS DE ÁREA CULTIVADA

	1950	1960	1970	1978
Área (milhões de ha)	17,5	25,7	35,1	45,5
Índice (1950 = 100)	100	147	201	260
Área cultivada por habitante rural (ha)	0,53	0,66	0,86	1,03
Índice (1950 = 100)	100	125	162	194

Mediante expansão de área cultivada e elevação da produtividade por homem (Quadro II), a área trabalhada por cada habitante rural dobrou em 28 anos e se traduziu em aumentos de riqueza agrícola produzida por homem, medida de sua produtividade, de 32% na década de 50 - De 240 a 318 US\$/homem

29% na década de 60 - De 318 a 409 US\$/homem

40% na década de 70 - De 409 a 571 US\$/homem.

A riqueza agrícola por hectare, medida de produtividade da terra, no entanto não cresceu tanto: aumentou 5% nas décadas de 50 e ficou estável na década de 60 e cresceu 16% na década de 1970. Respectivamente:

De 457 para 479 US\$/ha

De 479 para 473 US\$/ha

De 473 para 554 US\$/ha

Os aumentos significativos de produtividade da terra e do homem verificados na década de 1970 se deveu à incorporação de fatores escassos na agricultura, insumos, capital e tecnologia (Quadro III).

Quadro Nº III
FATORES DE PRODUÇÃO

	Consumo aparente de fertilizantes (Brasil) N P K		Frota de Tratores (Brasil) Quatro rodas (1.000 unidades)	
	Quantidade/Ton.	Índice	Quantidade	Índice
1960	298.734	100	60,98	100
1965	290.399	97	92,29	151
1970	999.040	334	117,95	193
1978	3.221.588	1.078	377,28	619

FONTE: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo e ANFAVEA

Elaboração: CAE/MA

Vemos portanto que a agricultura no processo de desenvolvimento econômico do país teve papel fundamental sustentando o crescimento da população urbana, abastecendo-a de alimentos e fornecendo ainda algumas matérias-primas para a indústria.

A agricultura teve ainda decisiva contribuição no balanço comercial, notadamente na década de 1970, conforme se verifica do Quadro IV.

Quadro IV

Especificação	1950	1960	1970	1978
01. Exportações Total	2.168.841	2.102.490	4.474.150	12.650.633
Exportações Agrícolas	2.135.660	1.791.753	3.288.494	7.073.043
<i>Principais Produtos Agrícolas</i>				
Açúcar e suas preparações	533	144.621	255.963	349.001
Algodão	188.626	126.858	308.837	53.517
Cacau em amêndoa	125.863	118.541	146.614	453.813
Carne de Boi congelada	6.185	8.102	152.742	17.200
Café cru em grão	1.838.832	848.538	1.077.056	1.939.836
Café industrializado	—	—	79.952	348.642
Farelo e Torta de sem. de soja	—	—	134.587	1.049.011
Milho	1.289	—	155.012	2.184
Pinho	50.916	108.952	136.512	—
Suco de Laranja	—	—	28.270	332.642
02. População Total	51.944.307	70.191.370	92.341.556	116.393.100
População Rural (% da Pop. Rural no Total)	33.161.506	38.657.689	40.567.504	44.116.500
	63,84%	55,08%	43,93%	37,90%
03. PIB Total	26.177,82	51.414,17	94.165,29	190.967,45
PIB Agrícola (% do PIB Agrícola no Total)	7.984,25	12.292,41	16.633,85	25.150,41
	30,50%	23,91%	17,66%	14,17%
04. Área Cultivada	17.449.865	25.678.107	35.076.017	45.529.874

01. 1.000 US\$ 1978

02. 1.000 Hab.

03. Milhões de US\$ 1978

04. Ha.

Obs.: A taxa de câmbio usada p/1978 foi de 18,063 Cr\$/US\$

Resumindo o papel da agricultura como instrumento do desenvolvimento econômico:

Viabilizou o crescimento do setor não agrícola

- fornecendo alimentos
- financiando as importações

O Desenvolvimento com a Agricultura

Presentemente o setor agrícola continua a ter esse papel e se vê acrescido de mais uma responsabilidade que é a produção de energia renovável.

O papel da agricultura não é mais o de instrumento básico do desenvolvimento econômico apenas: passa a ser o setor *estratégico* da sustentação do crescimento da riqueza e da nossa ascensão relativa no contexto mundial. É no desenvolvimento desse setor que repousam todas as nossas possibilidades de aproveitamento do período de ajustamentos que teremos no mundo todo nos próximos vinte anos. E o seu correto manejo através de políticas consistentes e conseqüentes é a melhor forma de continuarmos crescendo, garantindo bem-estar crescente à nossa população, quando o mundo à nossa volta começa já a sentir as dores do declínio econômico.

(Conferência pronunciada na ECEME, em outubro de 1979.)